

A GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA VIA INSTITUTO AYRTON SENNA

SIMONE BITENCOURT BRAGA¹

Universidade Federal do Pará

simonesbitt@yahoo.com.br

TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE M. DOS SANTOS²

Universidade Federal do Pará

tefam@ufpa.br

GT1 – Políticas de Educação e Estado

Resumo: A pesquisa que deu origem a este texto teve como objetivo analisar a concepção de gestão educacional no contexto da parceria público-privada via Instituto Ayrton Senna (IAS), por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A reforma do Estado brasileiro possibilitou a incorporação de novos protagonistas na relação Estado, educação e sociedade. Surgindo assim a parceria público-privada (ligada ao chamado 3º setor), onde o setor privado passa a executar atividades que anteriormente eram de competência exclusiva do Estado. Nesse contexto, insere-se o IAS com o seu Programa “Escola Campeã” que tinha como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio da disseminação de metodologias de fortalecimento da gestão. Tal Programa foi adotado pelos municípios parceiros como política educacional. Tendo em vista que essa implantação não foi debatida com os sujeitos escolares, pode-se concluir que se trata de uma política educacional determinada que não contribui para uma gestão democrática, na perspectiva da cidadania ativa e tão pouco para uma educação de qualidade, embora os indicadores educacionais tenham sofrido uma melhora.

Palavras-chave: parcerias público-privadas. gestão democrática. terceiro setor

¹ Pedagoga, Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

² Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal do Pará.

Este trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas no Observatório de Gestão Escolar Democrática do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (Ufpa) e faz parte da pesquisa nacional **Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**³ financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como um recorte desta pesquisa, buscou-se investigar sobre como a gestão da escola pública se configura no contexto das parcerias público-privadas.

Para tanto, optou-se pelo Instituto Ayrton Senna (IAS) que nos últimos dezesseis anos vem desenvolvendo parcerias com os municípios brasileiros por meio da implantação de programas educacionais nos mesmos.

A realização desse tipo de parceria⁴ insere-se no contexto das reformas implantadas no Brasil, especialmente a partir dos anos de 1990, onde as funções do Estado são redefinidas com o objetivo de reduzir o seu tamanho. A partir de então os serviços sociais, entre eles a educação, passam a ser encarados como serviços não-exclusivos do Estado podendo assim ser realizados pelo setor privado e pelo público não-estatal.

Assim, os serviços sociais anteriormente providos exclusivamente pelo Estado deixam de ser um direito e agora passam a ser adquiridos pelo cidadão-cliente na esfera do mercado, como é comum no capitalismo. Portanto, com a reforma do Estado, que, no dizer de Boron (2000) é uma “contra-reforma, pois não se percebe mudanças, mas rearranjos”, a educação deixa de ser uma atividade exclusiva e passa

³ Esta pesquisa busca analisar as conseqüências dos Programas Escola Campeã e Gestão Nota 10 propostos pelo IAS, para oferta e gestão da educação. Está sendo desenvolvida a nível nacional por sete universidades entre elas a UFPA através do Observe – Observatório de Gestão Escolar Democrática, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

⁴ As parcerias entre o público e o privado não são algo inteiramente novo, pois bem antes ainda no século dezenove (1895) já existiam, com o objetivo de oferecer serviços assistenciais, como as Santas Casas de Misericórdias. Contudo, tinham um papel diferente do que é hoje.

agora a ser executada pelo público não-estatal com atuação indireta do Estado na sua promoção e financiamento.

Daí o surgimento de um novo protagonista na relação Estado, educação e sociedade, a parceria público-privada na qual o setor privado oferta e executa atividades públicas. A sociedade civil organizada que, segundo Santos (2009), “engloba ações, atores diversificados e organizações, que têm como ponto em comum não pertencerem ao mercado ou ao Estado” se incorpora para executar políticas públicas.

E o campo educacional tem sido bastante fecundo para a atuação do “Terceiro Setor”, que nesse sentido guarda vínculo com a sociedade civil, dada as carências orçamentárias e de outras condições objetivas dos municípios brasileiros que restringem o atendimento às demandas educacionais.

E o IAS nesse contexto tem tido grande atuação dada a abrangência de seus programas educacionais adotados pelos municípios parceiros como política pública, que deveria ser de exclusiva competência do Estado.

Esses programas dão grande ênfase à questão da gestão educacional, colocando-a como principal responsável pela melhoria da qualidade da educação em nosso país. É isso que defende o Programa de Gestão chamado “Escola Campeã” implantado no período entre 2001 e 2004 em 47 municípios de 24 Estados brasileiros.

O Programa Escola Campeã tem o aluno como o ator principal do processo educativo. Neste sentido, o gestor deve seguir um planejamento baseado em metas ou indicadores de sucesso, estipulados em “Manuais de procedimentos e rotinas”, documento “Gerenciando a Escola Eficaz” e, especialmente, “Agenda do Diretor”, a qual demarca o que deve ser rigorosamente seguido, com definição clara do que deve fazer diariamente, semanalmente, mensalmente, bimestralmente, em cada semestre e em cada ano da parceria.

Em vista disso, este trabalho buscou analisar, de modo geral, a concepção de gestão adotada e implementada pelo Programa Escola Campeã do Instituto Ayrton Senna. E de forma específica objetiva compreender como vêm sendo pensados os

Programas de parcerias com o IAS para suas execuções e o rebatimento na gestão escolar.

A metodologia foi por meio de pesquisa bibliográfica e documental, onde analisamos trabalhos de diversos autores que pesquisam acerca da Reforma do Estado, da relação público-privado na educação e da gestão escolar. Além disso, alguns jornais do IAS sobre o Programa Escola Campeã foram utilizados para dar sustentação a essa pesquisa.

O INSTITUTO AYRTON SENNA E O PROGRAMA ESCOLA CAMPEÃ

O Instituto Ayrton Senna (IAS) ⁵ é uma organização não-governamental sem fins lucrativos fundada em novembro de 1994 e tem como missão “contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas, cidadãos e futuros profissionais”.

Para o IAS a transformação do Brasil só será possível através da parceria entre os organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil para desenvolver políticas públicas para crianças e adolescentes.

Os programas desenvolvidos pelo IAS, são definidos como sendo “soluções educacionais em grande escala que ajudam a combater os principais problemas da educação pública do país” ((INSTITUTO AYRTON SENNA, 2009).

Devido à abrangência das ações do IAS optamos por analisar o Programa **Escola Campeã** (PEC) que foi desenvolvido durante um período de quatro anos (2001-2004), o objetivo de tal análise é investigar a concepção de gestão presente neste programa bem como as conseqüências desta para a educação.

O Escola Campeã, é considerado, pelo Instituto, como tecnologias sociais desenvolvidas e implementadas para o aumento da **eficiência e da eficácia da gestão**

⁵ Todas as informações citadas nesse trabalho sobre o IAS e seus programas foram retiradas do site do Instituto: www.institutoayrtonsenna.com.br.

de unidades e sistemas de ensino. Lançado em 47 municípios de 24 Estados brasileiros, para um período de quatro anos (2001-2004), objetivava:

A melhoria na qualidade da educação e o sucesso do aluno para o que propunha metodologias voltadas para o fortalecimento “da gestão das secretarias municipais de educação o gerenciamento das escolas”. ([www.institutoayrtonsenna](http://www.institutoayrtonsenna.com.br). Acesso em 02.05.2006).

De acordo com informações institucionais, o Programa é

Fruto de uma aliança social estratégica entre o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, com apoio da Fundação Luís Eduardo Magalhães e alianças regionais da NBT - Norte Brasil Telecom, da CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Fundação Lemann (IN <http://pop.unicruz.edu.br/eca/textos/1513.htm>. Acesso em 13/09/07).

Declara como principal objetivo:

Contribuir com a melhoria da qualidade do ensino fundamental por meio da implementação, sistematização e disseminação de metodologias de fortalecimento da gestão de Secretarias Municipais de Educação e de unidades escolares (IN <http://pop.unicruz.edu.br/eca/textos/1513.htm>. Acesso em 13/09/07).

Seu desenvolvimento e implantação resultaram de articulação entre o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil e pressupôs o apoio local de diferentes instituições privadas, com destaque para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, NBT - Norte Brasil Telecom, da CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Fundação Lemann, esta última dirigida por empresários ligados ao setor financeiro e pelo ex-ministro Paulo Renato de Souza.

De acordo com o desenho divulgado pelo Projeto, os municípios foram selecionados tendo em vista um certo perfil decorrente da combinação de alguns dos seguintes critérios: i) ser de pequeno ou médio porte (população entre 50 e 450 mil habitantes); ii) de fácil acessibilidade; iii) exercer influência sobre uma área geográfica maior, em geral, sem ultrapassar as fronteiras estaduais; iv) possuir recursos financeiros próprios que possam investir como contrapartida; v) ter mais de 8 mil alunos do ensino fundamental em sua rede municipal e elevados índices de abandono e de defasagem idade-série e um alto índice de municipalização do ensino fundamental; vi) ter participado eficientemente no Programa “Acelera Brasil”, do mesmo Instituto; vii) ter evidências de que o prefeito eleito tem compromisso com a educação e que prioriza a

qualidade do ensino fundamental. (IN: <http://pop.unicruz.edu.br/eca/textos/1513.htm>. acesso: 13/09/07)

A formalização da parceria exigia a assinatura de um Termo de Adesão pelos municípios e implicava na presença de um gerente municipal para o Programa a ser disponibilizado pelo órgão local. Em termos de abrangência, o Programa afirma que a “atuação dos parceiros do Programa Escola Campeã nos municípios impactam diretamente os 875 mil alunos do ensino fundamental das redes municipais, sendo 595 mil alunos de 1ª a 4ª séries e 280 mil alunos de 5ª a 8ª séries”. (IN <http://pop.unicruz.edu.br/eca/textos/1513.htm>. Acesso em 13/09/2007).

A execução do Programa Escola Campeã nos 24 Estados ocorreu por meio da contratação da empresa Auge Tecnologia e Sistemas que atuou como executora técnica e gerente local. A avaliação externa do programa foi realizada pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo.

A GESTÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA ESCOLA CAMPEÃ

O IAS defende a ideia de que o principal meio de superar as estatísticas negativas⁶ que o Brasil possui em relação à educação é a boa qualidade da gestão escolar. Tal lógica é compatível com os princípios expressos no Plano Diretor de Reforma do Aparelho Estatal – PDRAE que centraliza na má gestão as causas dos problemas educacionais no Brasil (BRESSER PEREIRA, 2007).

Nesse sentido, o “Escola Campeã” propõe e implementa uma forma de gestão onde o discurso educacional é articulado ao discurso empresarial, como era de se esperar de uma instituição privada. O Programa defende como eixo principal da gestão a questão da participação e autonomia, as quais são reivindicações de longas

⁶ Segundo o IAS, na primeira vez que o Brasil foi incluído em uma comparação internacional sobre educação, os resultados foram lamentáveis. A pesquisa feita pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) apontou que os estudantes brasileiros na faixa etária dos 15 anos têm o penúltimo desempenho em matemática e ciências e o 37º em leitura, em um ranking de 41 países. Na média das três áreas de conhecimento, o país ficou em penúltimo lugar, perdendo apenas para o Peru.

datas dos educadores. Contudo no contexto do programa, a participação e autonomia ganharão uma nova roupagem (PARO, 2001).

A gestão participativa é amplamente defendida pelo Programa Escola Campeã como sendo fundamental para o sucesso da escola. No entanto essa participação arduamente defendida pelo discurso do programa parece não ter se materializado na prática. É o que constataram algumas autoras em suas pesquisas acerca do IAS e o Programa Escola Campeã.

Miléo (2007) em sua dissertação de mestrado intitulada “*Poder local e a gestão municipal no contexto de Altamira-Pará*” fala a respeito da implantação do programa no município de Altamira e diz que ela ocorreu de forma nenhum pouco participativa. Pois, a decisão partiu do governo municipal com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e que, portanto, não houve uma discussão com os educadores e nem com os demais setores da sociedade local. Em consequência disso a gestão desenvolvida a partir da implantação desse Programa foi:

Demarcada por relações instáveis e pouco participativas, de modo que o conjunto das ações e condutas demonstrou-se pouco favorável ao maior envolvimento dos alunos e pais, refletindo relações vazias com esses segmentos. Esse tipo de relação com tais atores comprova, de maneira visível, a ausência de interlocução da SEMEC tanto com as famílias e os alunos, quanto com a própria comunidade externa, demonstrando que tal aspecto seja reforçado pela escassez de espaços e arranjos que possibilitem a participação desses sujeitos no contexto da gestão educacional (MILÉO, 2007, p. 194-195).

A mesma situação foi constada por Lumertz (2008) em sua pesquisa sobre a parceria entre os IAS e o município de Sapiranga no Rio Grande do Sul. Ela diz que a implantação do programa foi imposta às escolas pela Secretaria de Educação do município.

Segundo o documento, no qual está firmado o convenio, as escolas integrariam voluntariamente o programa e podiam propor outras alternativas para a solução do problema, porém, não foi isso que constatamos no município de Sapiranga... Quando os Programas foram implantados nas escolas do município, a Secretaria de Educação não fez nenhuma consulta sobre o que os professores pensavam sobre esse convenio. Diante da imposição, eles não tiveram outra alternativa a não

ser acatar as decisões tomadas pela Secretaria. (LUMERTZ, 2008, p. 78 e 96).

A autora relata que o IAS orientava, até mesmo, a forma como deveriam ser gastas as verbas recebidas pela escola, estipulando, por exemplo, “quantos e quais livros a biblioteca deveria ter” e a decisão era acatada pela Associação de Pais e Mestres (APM). Ela diz também que a participação da comunidade se dava através de “consultas feitas por meio de bilhetes” onde a comunidade colocava as suas prioridades em relação aonde deveriam ser usadas as verbas (p. 94).

Pode-se perceber assim que apesar do discurso do IAS apregoar um gestão democrática e participativa a prática denuncia o contrário. Pois, os atores mais diretos da educação que são os sujeitos escolares não foram consultados se queriam ou não a implantação do programa na escola. Além disso, uma participação efetiva da comunidade não se dá por meio de bilhetes e sim por meio de debates e discussões presenciais acerca do que é melhor para a escola.

Fica claro nas análises acima referenciadas que os municípios parceiros do Programa adotaram uma política educacional determinada, que não foi construída de forma participativa e que, portanto, dificilmente pode contribuir para uma gestão democrática e conseqüentemente para uma educação de qualidade haja vista que, essa política não toma a realidade local como parâmetro para a sua construção, pois conforme Paro:

A democracia, entendida como processo vivo que perpassa toda vida dos indivíduos... Se mostra imprescindível tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual quanto para a convivência livre entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade (PARO, 2007, p. 32).

Daí já é possível perceber que a autonomia como “fundamento da concepção democrático-participativa de gestão escolar” não se manifesta nas práticas desenvolvidas, apesar de ela ser bastante propalada pelo Programa (LIBÂNEO, 2004, p.141).

O “Escola Campeã” afirma que para uma escola obter sucesso ela precisa possuir autonomia financeira, pedagógica e administrativa. Essa autonomia torna o diretor o principal responsável pela construção de uma educação de qualidade, pois em uma escola autônoma o diretor tem instrumentos para transformar a escola em uma escola eficiente. Contudo, se ainda assim, o diretor não atingir os resultados esperados pelo Programa a escola deverá sofrer sanções

O medo de sofrer sanções instala nas escolas uma cultura de competição. Competição esta que se dava tanto entre as escolas como entre os alunos. Pois, mensalmente as escolas tinham seus indicadores de gestão e eficiência comparados entre si. O IAS criou um “ranking das melhores escolas” que era exposto nas secretarias de educação dos municípios parceiros. Essa exposição constrangia as escolas que ficavam em ultimo lugar, pois a sensação que ficava era de incapacidade dos diretores que não conseguiram figurar entre os primeiros lugares (LUMERTZ, 2008, p. 95-96).

Entre os quesitos utilizados para as escolas alcançarem os primeiros lugares estava o menor número de faltas entre os alunos. Por isso, as escolas passaram a criar sistemas de premiação para as turmas que tivesse o maior número de frequência criando assim uma intensa competição entre os alunos. Tal situação representa a entrada da lógica empresarial na escola, pois os resultados obtidos pelos alunos “medidos através de taxas de retenção, promoção e comparações entre instituições escolares, representam a lógica da competição no mercado” (HATTGE, 2007 p. 56).

Desse modo, a autonomia financeira do Programa torna o diretor o principal responsável pelo desempenho da escola, ou seja, não importa se os recursos governamentais que a escola recebe sejam suficientes para sua manutenção física e pedagógica. O diretor precisa administrar os recursos recebidos com eficácia e economia e por conta própria buscar mais recursos para a escola.

Com a premissa de que quem é o responsável pela educação é a escola e é ela quem deve garantir os meios de sustentação e apoio pedagógico, fazendo alusão de que a escola deve se manter sozinha e que um dos fatores que contribuirão para isso será a arrecadação de recursos na comunidade ou por meio de parcerias entre escolas e empresas da região , ou seja, este é o conceito de autonomia financeira

difundido pelo IAS. Quanto ao poder público, este arcaria com mínimas despesas para o funcionamento das instituições. Como podemos verificar é o esvaziamento do Estado, responsabilizando a escola por seu sucesso e também pelo seu insucesso (LUMERTZ, 2008, p. 104).

Nesse contexto, aparece a figura do voluntariado, que, para o IAS, o trabalho voluntário é uma necessidade, pois por meio dele a escola poderá complementar os seus recursos e gerar economia e assim alcançar as metas estabelecidas pelo programa. Por isso, o diretor com a liderança que tem, deve mobilizar tais voluntários. Assim, é o diretor com sua capacidade de gerenciar recursos e mobilizar a participação da comunidade por meio de trabalhos voluntários se transforma em principal responsável pelo sucesso ou fracasso da escola.

Percebe-se assim, a grande responsabilidade que recai sobre a figura do diretor. Além de dar conta da questão pedagógica ele tem também a responsabilidade de cuidar e garantir uma boa infra-estrutura escolar. Ele é o principal responsável juntamente com os demais membros da escola pelo sucesso ou fracasso dela.

Tal situação pode ser exemplificada pela **Agenda do Diretor**, criada pelo Programa Escola Campeã, nela podemos avaliar a dimensão do papel que é atribuído ao diretor da escola. A agenda contém as ações que a direção tem que fazer todos os dias, semanalmente, todos os meses, todos os bimestres, no primeiro semestre, no segundo semestre e uma vez por ano. Além disso, dois manuais, com foco na gestão, foram distribuídos aos municípios parceiros do IAS. Esses manuais orientam o trabalho a ser desenvolvido pela direção. Um deles é intitulado “**Manual de Procedimentos e Rotinas**” e o outro mais específico na área da gestão intitula-se “**Gerenciando a Escola Eficaz**”.

Falando sobre o tipo de gestão, presente no manual “Escola Eficaz”, Lumertz (2008) afirma que esta tem por objetivo preparar os alunos para o mercado.

[...] O manual traça um paralelo entre gestão empresarial e a gestão escolar com o relato de um empresário. Este utiliza termos comuns ao mercado, como otimização e redução de custos, e expressa que o sucesso da escola pode ser adquirido conforme alunos e alunas que está formando, ou seja, que este aluno, quando sair da escola, deveria estar adaptado às necessidades do mercado. E para isso as demandas

educacionais precisariam estar adaptadas as diferentes regiões e seus nichos econômicos para formar seus estudantes (p. 59).

Tal situação também é constada por Miléo (2007), analisando as diretrizes pedagógicas da política educacional para o município de Altamira que foi elaborada seguindo as orientações IAS, ela afirma que esta:

Se apresenta como um projeto educativo fundamentado em uma perspectiva de formação humana com implícita vinculação entre educação e produtividade, na qual a defesa pela melhoria da qualidade do ensino é associada ao discurso da melhoria do desempenho do capital humano, este entendido como instrumento de promoção do capital social (p. 116).

Em vista do exposto acima, ela declara que a concepção de educação que perpassa o Programa Escola Campeã é instrumentalista e está em consonância com a “aquisição de competências e habilidades, focalizando a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico” (p. 117).

Hattge (2007) também chega a essa mesma conclusão e afirma que a concepção de educação que baseia o PEC é voltada para a formação de competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho.

Esse é um princípio estruturante do Programa Escola Campeã, que a meu ver, produz estratégias que visam à formação de competências individuais, com o objetivo de desenvolver escolas e sujeitos autônomos. Essa autonomia serve aos interesses de uma política neoliberal. Essas escolas e esses sujeitos estariam melhor preparados para atender as demandas colocadas pela lógica do mercado [...] (op. cit, 2007, p. 59).

Esse tipo de gestão, onde o diretor tem que ser um gerente profissional, desconsidera que a construção de cidadãos não é a mesma coisa que produzir mercadorias. Envolve peculiaridades humanas que, diferente dos produtos do mercado, não podem ser palpáveis.

São condições que vão para além de ser um gerente profissional, porque a escola forma constrói cidadãos, a partir de valores, princípios, sentimentos e não bens palpáveis, mercadorias, restringindo-se ao nível da riqueza imaterial. Nesse cenário diferenciado, não há espaço para qualidade total, pois o homem, o sujeito-objeto da escola, jamais poderá ser infalível e perfeito na direção do defeito zero, conforme acontece hoje nas empresas ditas flexíveis (SANTOS, 2008, p. 24-25)

Portanto, fica claro que o que o IAS chama de educação de qualidade nada mais é do que uma educação instrumentalista que visa à formação para realizar testes, para servirem de forma competente ao mercado, o que significa dizer que seja extremamente produtivo para os desígnios do capital (para elevar sua acumulação).

Porém, a verdadeira educação de qualidade não se circunscreve a isso. Lima (2006) afirma que educação de qualidade é aquela que está voltada para o social, buscando desenvolver nas várias dimensões do conhecimento a personalidade, os talentos e as habilidades do educando com vistas a formar cidadãos críticos, ativos que participem da formulação das políticas educacionais para o seu município, seu Estado e seu país.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para o Instituto Ayrton Senna o problema da baixa qualidade da educação no país se deve a má gestão da escola. Por isso, por meio do Programa Escola Campeã, propõe uma nova forma de gerir a escola na qual o diretor é tido como o principal responsável pelo sucesso ou insucesso da escola.

O diretor, portanto deve atuar como um líder capaz de gerenciar a escola na busca de resultados, para isso o Programa defende que a escola precisa ter autonomia financeira, pedagógica e administrativa defende também a participação da comunidade na escola.

Contudo, essa autonomia e participação defendidas pelo Programa não visam tornar a escola mais democráticas, mas sim tornar o diretor bem como a comunidade escolar responsáveis pelo financiamento da escola, minimizando o papel do Estado no que diz respeito ao financiamento e manutenção da escola pública.

No caso da participação, isso fica evidente na própria maneira como o Programa foi implantado nos municípios parceiros. Não houve uma discussão com os educadores e nem com os demais setores da sociedade local sobre se estes queriam ou não que o Programa fosse implantado e isso teve como consequência direta a insatisfação dos professores em relação ao Programa.

Ao lado disso, com base nas análises dos autores estudados, parece que os Programas do IAS realmente foram tomados como políticas públicas nas redes estaduais de ensino, já que estão norteando a educação de Altamira no Pará, desse modo quando o IAS diz em seu site que seus Programas foram adotados como políticas públicas é por que de fato o foram, retratando assim quão forte têm sido a interferência e atuação do terceiro setor, traduzido na parceria na educação

No que concerne à autonomia, o Programa afirma que ela torna o diretor o principal responsável pela construção de uma educação de qualidade, pois em uma escola autônoma o diretor tem instrumentos para transformar a escola em uma “escola eficiente”.

Assim, com a autonomia financeira do Programa, o diretor é o responsável maior pelo desempenho da escola, ou seja, não importa se os recursos governamentais que a escola recebe sejam suficientes para sua manutenção física e pedagógica. O diretor precisa administrar os recursos recebidos com eficácia e economia e por conta própria buscar mais recursos para a escola.

Para o Programa, escola eficiente ou eficaz é aquela que atinge as metas estabelecidas pelo IAS. Quando essas metas não são alcançadas as escolas sofrem sanções. Assim, instala-se dentro das escolas uma intensa competição para que estas consigam figurar entre os primeiros lugares no ranking das “melhores” escolas criado pelo IAS.

Além disso, para que a escola seja “autônoma” e conseqüentemente eficaz, o Programa defende que é vital a atuação do voluntariado e é essa atuação que o IAS chama de participação. Nesse ínterim, o diretor precisa ter a capacidade de mobilizar tais voluntários, pois por meio deles a escola poderá complementar os seus recursos e gerar economia.

Desse modo, a ideia de que a educação de qualidade é direito de todos toma outra conotação, de direito ela passa a ser dever de todos. Assim, é o diretor com sua capacidade de gerenciar recursos e mobilizar a participação da comunidade através de trabalhos voluntários e não o Estado o principal responsável pelo sucesso ou fracasso da escola.

Para o Programa uma escola de sucesso é aquela que fornece aos seus alunos educação de qualidade. Entretanto, essa educação de qualidade se refere a preparar de maneira eficiente os alunos para atenderem as competências e as habilidades impostas pelo mercado. E nesse contexto, a gestão possui um papel de suma importância, pois ela deve trabalhar visando esse objetivo. Daí a defesa de uma gestão centrada em resultados e na produtividade dos alunos e da escola nos moldes da gestão empresarial. Fica evidente que a concepção de educação que perpassa o Programa é instrumentalista e serve aos interesses neoliberais.

Esquece-se, porém que a escola, diferentemente da empresa que produz mercadorias palpáveis, lida com seres humanos que possuem peculiaridades próprias e que não podem atingir a perfeição e a plena excelência como busca as empresas na produção de suas mercadorias.

O Programa Escola Campeã foi adotado pelos municípios parceiros como política educacional. Tendo em vista que essa implantação não foi debatida com os sujeitos escolares pode-se concluir que se trata de uma política educacional determinada que não contribui para uma gestão democrática e tão pouco para uma educação de qualidade.

Pois, a verdadeira educação de qualidade, pautada no social, não se resume a preparar trabalhadores para eficientemente servirem ao capital, mas sim visa formar cidadãos que tenham consciência de seus direitos e que participem de forma efetiva e ativa da construção de políticas públicas que de fato contribuam para a melhoria da educação do nosso país.

Não somos contra as parcerias público-privadas na educação, nossa discordância é com a lógica implantada nas escolas por meio delas, porque poderiam ser celebradas a partir dos interesses da comunidade escolar, com ampla participação.

REFERÊNCIAS

BORON, Atílio. **El Estado y las “reformas del Estado orientadas AL mercado. Los “desempenos” de La democracia em América Latina.** América Latina: estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003 p. 19-67.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública na construção do Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.reformadagestaopublica.org.br/>. Acesso em: 03/12/2009.

HATTGE, Morgana Domênica. **Escola Campeã: estratégias de governo e auto-regulação.** São Leopoldo, 2007. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática.** 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Rosangela Novaes. Políticas educacionais e a lógica neoliberal para a educação básica. In: GEMAQUE, Rosana Maria, Lima, Rosangela Novaes. (Org.). **Políticas públicas educacionais – O governo Lula em questão.** Belém: CEJUP, 2006 p. 77-112.

LUMERTZ, Juliana Selau. **A parceria público-privada na educação: implicações para a gestão da escola.** Porto alegre, 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade federal do rio Grande do Sul, 2008.

MILÉO, Irlanda do Socorro de Oliveira. **Poder local e a gestão municipal no contexto de Altamira-Pará**. Belém, 2007. 310 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Universidade Federal do Pará, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Conversas impenitentes sobre a gestão na educação**. Belém: EDUPA, 2008.

_____. **Da administração burocrática ao Gerencialismo na educação brasileira: as parcerias público-privadas e suas conseqüências para o trabalho docente**. Trabalho apresentado no Seminário FAE/UFMG, 2009.